



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000761-66.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica com o objeto de aquisição de bens permanentes - Equipamentos médicos e hospitalares resultantes de certame anterior fracassado.

DESPACHO Nº 1216 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social - SAMES (1001165), objetivando a aquisição de bens permanentes - equipamentos médicos e hospitalares fracassados no primeiro certame. No Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 30/2023, a unidade define os contornos gerais da contratação com dispensa de licitação em razão do valor (1001174).

Carreou-se a informação conclusiva sobre o valor estimado (1042073) e versão final do Termo de Referência (1048648), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

O valor total da contratação foi estimado em **R\$ 10.256,93** (dez mil duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos), valor obtido a partir de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados no formulário do evento 1042073.

Os autos foram remetidos à SAC para análise do Termo de Referência, à COFC para programação orçamentária e à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico (1043499).

A COFC juntou Programação Orçamentária (1043597) no valor de R\$ 10.256,93 (dez mil duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos) para custear a despesa, contendo ainda a informação de que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

A SAC, após análise formal, atestou que a FASE DE PLANEJAMENTO, a PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DA DESPESA e a referida CONTRATAÇÃO DIRETA - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES (1048648), complementado pela pesquisa de preços contidas na ICVEC, juntada no evento 1042073, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações para contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, a ser operacionalizada por dispensa eletrônica, nos termos do art. 28 da IN 09/2022-TRE-RO, conforme análise pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO (1048692).

O Secretário da SAOFC, mediante o Despacho n. 1982/2023-GABSAOFC (1056085), autorizou a contratação por meio de DISPENSA ELETRÔNICA e remeteu o feito à ASLIC para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

A ASLIC deu continuidade à tramitação do feito, com a operacionalização da divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica no PNCP, no Sistema Comprasnet e no Portal de Transparência deste Tribunal (1056574), julgamento das propostas (1060854) e juntada dos documentos relativos a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista da melhor proponente para o item 1 (**Maca Poltrona Elétrica com 3 motores**), empresa SALETE DA SILVA LIMA, CNPJ n. 36.109.128/0001-35 (1060852).

Juntou-se aos autos Relatório de Propostas (1060731) e Relatório da ASLIC (1060855) certificando as principais ocorrências do certame.

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 210/2023 (1065078), sugeriu, como forma de aproveitar os atos já praticados e não invalidados, caso acolhido o parecer, que sejam realizadas diligências junto à ASLIC para que se verifique eventual possibilidade de convocação via sistema, das empresas participantes que ainda não foram convocadas pelo agente de contratação, conforme verifica-se no relatório de propostas extraído do Comprasnet (1060731).

A SAOFC, por meio do Despacho n. 2230/2023 (1065276), considerando as conclusões consignadas no Parecer Jurídico n. 210/2023 (1065078), remeteu o feito à ASLIC para realização de diligências, a fim de aproveitar os atos praticados e não invalidados de vício, e à **SAMES**, para observação das normas editalícias elaboradas pela própria unidade, na condição de demandante, em especial à exigência do Selo do Inmetro item 6.3 do Termo de Referência.

Em atendimento ao referido despacho e visando ao saneamento do feito, a ASLIC carrou ao processo catálogos (eventos 1068576 e 1068577) e os comprovantes necessários (eventos 1068579 e 1068597), visando aferir se a proposta ofertada pela empresa cotante do menor preço da Dispensa Eletrônica n. 28/2023 (1056542) possuiria de fato o selo do Inmetro exigido no Termo de Referência.

Por fim, a ASLIC juntou ao processo a Informação n. 41/2023 (1068638), oportunidade em que submeteu as diligências realizadas à AJSAOFC, com vistas à homologação e adjudicação do objeto da Dispensa Eletrônica 28/2023 pela Autoridade Superior.

Instada a se manifestar novamente acerca do procedimento da dispensa eletrônica, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 219/2023 (1068722), atestou a regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; manifestou-se pela possibilidade da adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. 28/2023 (1056542) à empresa SALETE DA SILVA LIMA - CNPJ 36.109.128/0001-35, cotante do menor preço para o item 1 (Maca Poltrona Elétrica com 3 motores), devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados nos eventos 1060852 e 1068721; e homologação do certame pela autoridade competente, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021.

De posse dos autos, o Secretário da SAOFC manifestou-se pela aprovação dos elementos constitutivos da etapa de planejamento (TR - evento 1048648 e Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação, evento 1042073); pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 28/2023, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema (1060854), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação (1060855), à empresa **SALETE DA SILVA LIMA**, inscrita no CNPJ n. 36.109.128/0001-35, cotante do menor preço para o **item 01 da Dispensa Eletrônica n. 28/2023**, no valor de R\$ 9.000,85 (nove mil reais e oitenta e cinco centavos), devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados nos eventos (1060855 e 1068638); pela **homologação do certame pela autoridade competente**, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021; pela **regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação** (1042073) e, em cumprimento ao item 21.3 do Anexo II da Resolução CNJ nº. 215/2015 e ao Acórdão TCU nº. 2622/2015 – Plenário, a qual submeto para decisão superior; pela **autorização da despesa** de forma direta por dispensa de licitação, em formato eletrônico, com fulcro no inciso VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos); e pela **publicação do ato autorizativo da contratação direta** em sítio eletrônico oficial do TRE-RO a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021, além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 438/2023-GABSAOFC - evento 1070378).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação e deliberação.

Conforme consta do Termo de Referência, há necessidade da aquisição pretendida, tendo em vista a continuidade da prestação de assistência aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a Resolução TRE/RO nº 03, de 31 de março de 2015.

De fato, a contratação poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor de **R\$ 9.000,85** (nove mil reais e oitenta e cinco centavos) está dentro do limite legal permitido, consoante art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Considerando o comando expresso prescrito no § 3º do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis:

Seção III

Da Dispensa de Licitação

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva **valores inferiores a R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Decreto nº 11.317, de 2022)~~ Vigência

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (grifei)

Nos termos trazidos, podemos citar a redação trazida pela Instrução Normativa n. 67/2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do **caput** do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; (grifei).

Pela leitura do dispositivo normativo acima citado, percebe-se que o sistema de **dispensa eletrônica** é aplicado, dentre outros, para os casos de dispensa de licitação que não ultrapassem os limites indicados nos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, atualmente balizados, respectivamente, em R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), para obras e serviços de engenharia e serviços de manutenção de veículos automotores, e R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) para os demais serviços e compras.

Desse modo, a dispensa de licitação eletrônica é cabível nas situações em que a escolha do futuro contratado for pautada no critério preço, sem que aspectos qualitativos sejam determinantes ou relevantes, o que constitui a maioria expressiva dos casos de dispensa de licitação, de forma que a não utilização da dispensa de licitação eletrônica passa a ser a exceção, que tem lugar em casos específicos, como os que envolvem emergências, inovação tecnológica, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e outras situações de dispensa.

O procedimento da dispensa de licitação eletrônica segue o fluxo estabelecido no artigo 72 da Lei n. 14.133/2021 para as contratações diretas, com a particularidade de realizar-se em ambiente eletrônico, acrescido de exigências relevantes no tocante à seleção do futuro contratado, uma espécie de modalidade simplificada de licitação e mais célere que contempla o princípio da isonomia.

Feitos os devidos registros normativos, no caso sob análise, constata-se que considerando o valor da aquisição envolvida (**R\$ 9.000,85**) poder-se-ia aplicar à dispensa o regime eletrônico previsto no § 3º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, procedimento normatizado pela Instrução Normativa n. 67/2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - SEGES/ME, o que de fato foi aplicado para operacionalizar a presente contratação.

Extraí-se que o agente de contratação trouxe aos autos relatório de propostas (1060731) e, ao final, juntou o Relatório nº 48/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1060855), expondo as principais ocorrências no curso do procedimento de contratação direta.

No dia e horário agendados, o Agente de Contratação iniciou a operação do Sistema de Dispensa Eletrônica não havendo relato de qualquer intercorrência a impactar a conclusão dos

trabalhos. Cumpridas as fases de julgamento das propostas e habilitação, mediante aplicação objetiva do critério para aceitação da proposta, definiu-se o ofertante do menor preço para o item 1 (**Maca Poltrona Elétrica com 3 motores**), a empresa **SALETE DA SILVA LIMA**, inscrita no CNPJ n. 36.109.128/0001-35, sendo aceita a proposta no valor total de R\$ 9.000,85 (nove mil reais e oitenta e cinco centavos) aceita pelo agente de contratação.

Conforme já relatado, verifica-se que mediante o Parecer Jurídico nº 219/2023 (1068722), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 28/2023 à empresa **SALETE DA SILVA LIMA**, CNPJ n. 36.109.128/0001-35, com preço final de R\$ 9.000,85 (nove mil reais e oitenta e cinco centavos) cotante do menor preço para o **Item 01**, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema (1060731), e via de consequência, pela **homologação da contratação direta pela autoridade competente**.

Analisando o procedimento propriamente dito, verifica-se que não houve pedido de esclarecimento ou qualquer ato dos proponentes acerca do objeto da contratação, não se registrando item deserto ou cancelado na fase da aceitação.

Observa-se que no curso da tramitação do procedimento foram obedecidos todos os normativos que regem a matéria, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas (1056574).

Desse modo, conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Relatório ASLIC (1060855), não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar sua validade, uma vez que foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, com fundamento no art. 71 da Lei 14.133/2021 c/c art. 23 da [Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021](#):

1 - Aprovo o Termo de Referência nº 7/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES (1048648), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento 1042073, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 - ADJUDICO o item 1 (Maca Poltrona Elétrica com 3 motores) à empresa SALETE DA SILVA LIMA - CNPJ n. 36.109.128/0001-35, já que demonstradas nos autos condições para contratação com o setor público e autorizo a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 9.000,85 (nove mil reais e oitenta e cinco centavos) em favor da referida empresa, após atualização de suas certidões de regularidade fiscal;

4 - HOMOLOGO o certame com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e no art. 71, inciso IV da Lei n. 14.133/2021; e

5 - DETERMINO a divulgação e disposição ao público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Efetuada a homologação da Dispensa no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntar o extrato de homologação e publicação do resultado da dispensa nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/10/2023, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1072999** e o código CRC **E1248BA3**.

0000761-66.2023.6.22.8000

1072999v38